



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Fazenda

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado [REDACTED]

**EMENTA:** Relatório de auditoria. Documento em fase de conclusão. Provimento recursal para fornecimento após restrição temporária de acesso.

**DECISÃO OGE/LAI nº 270/2018**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Fazenda, número SIC em epígrafe, para acesso a relatórios de auditoria feitos em 2017 na Secretaria de Logística e Transportes.
2. Em resposta, o ente informou que não foi feito nenhum relatório em 2017. A ausência de resposta recursal motivou o presente apelo cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta informou que houve um relatório emitido em face da Secretaria, que está inconcluso em fase de monitoramento, inibido de fornecimento até a conclusão do trabalho.
4. Para analisar a presente situação, vale recordar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da Administração Pública, tendo por escopo o acesso à informação disponível, nos termos do artigo 11.
5. Como se sabe, a Lei de Acesso à Informação permite que o acesso pretendido seja postergado caso se configure a hipótese do artigo 7º, §3º, bem como o Decreto Estadual nº 58.052/2012, no artigo 10º, §3º, a preceituar temporária restrição de acesso sobre os procedimentos e os documentos que fundamentam o ato decisório, sendo a publicidade garantida logo após a edição do mesmo.
6. Nesse contexto, desde que verificado o encerramento da instrução do processo e imediatamente após a prolação da decisão competente, revela-se possível o atendimento da solicitação, pois presentes as condições legalmente estipuladas, desde que inexistam outras hipóteses de restrição de acesso ou sigilo nos documentos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

7. Diante do exposto, verificada a possibilidade de atendimento do pedido conforme a condição temporal apontada, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, devendo ser garantido o acesso após o período de restrição temporária do expediente, com fundamento nos artigos 7º, §3º, e 11, caput, da Lei de Acesso à Informação e 10º, §3º, do Decreto Estadual nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 16 de agosto de 2018.

Assinatura manuscrita em azul sobre uma linha preta.

**MANUELLA RAMALHO**  
RESPONDENDO PELA  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL